

FLATLANTIC®

SEASTAINABLE FLATFISH VILLAGE

MIRA · PORTUGAL

Projeto Engorda I

Unidade de construção 19

Expansão fase 3

Programa do Concurso

Índice

Programa do Concurso.....	4
CLÁUSULA 1. ^a Identificação do Procedimento	4
CLÁUSULA 2. ^a Entidade Adjudicante	4
CLÁUSULA 3. ^a Órgão que tomou a decisão de contratar	4
CLÁUSULA 4. ^a Consulta das peças do procedimento	5
CLÁUSULA 5. ^a Condições da participação dos concorrentes e agrupamento de concorrentes	5
CLÁUSULA 6. ^a Idoneidade dos concorrentes	6
CLÁUSULA 7. ^a Concorrência	6
CLÁUSULA 8. ^a Consulta Preliminar ao mercado	7
CLÁUSULA 9. ^a Esclarecimentos, identificação de erros e omissões, retificações e alterações das peças do procedimento	7
CLÁUSULA 10. ^a Divisão por lotes.....	7
CLÁUSULA 11. ^a Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento e a execução do contrato.....	8
CLÁUSULA 12. ^a Preço ou custo anormalmente baixo	8
CLÁUSULA 13. ^a Documentos da proposta	8
CLÁUSULA 14. ^a Prazo para apresentação das propostas.....	9
CLÁUSULA 15. ^a Modo de apresentação das propostas	10
CLÁUSULA 16. ^a Idioma dos documentos da proposta	10
CLÁUSULA 17. ^a Apresentação de propostas variantes	11
CLÁUSULA 18. ^a Prazo de validade das propostas	11
CLÁUSULA 19. ^a Negociação das propostas	11
CLÁUSULA 20. ^a Despesas e encargos com a elaboração da proposta	11
CLÁUSULA 21. ^a Assinatura eletrónica	11
CLÁUSULA 22. ^a Documentos de habilitação	12
CLÁUSULA 23. ^a Critério de adjudicação	13
CLÁUSULA 24. ^a Caução	16
CLÁUSULA 25. ^a Contrato	16
CLÁUSULA 26. ^a Minuta do Contrato	17
CLÁUSULA 27. ^a Outorga do contrato	17

ANEXO I	19
ANEXO II	20
ANEXO III	21

Programa do Concurso

CLÁUSULA 1.ª

Identificação do Procedimento

1. O presente procedimento tem a identificação “EN/02/2025 – Projeto de Licenciamento e Execução do Edifício UC19 – Engorda I e do Loteamento envolvente”, sendo um procedimento por Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, por o valor do contrato ser superior a 221.000,00€, ex vi artigo 474.º, n.º 3, alínea c) do CCP.
2. A prestação de serviços encontra-se inserida na candidatura nº MAR-021.1.1-FEAMPA-10026.

CLÁUSULA 2.ª

Entidade Adjudicante

1. A entidade adjudicante é a FLATLANTIC - ACTIVIDADES PISCÍCOLAS, S.A., pessoa coletiva n.º 507 958 780, com capital social de €16.050.000 (dezasseis milhões e cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do registo comercial de Mira, com sede na Rua do Aceiro S/N, 3070-732 Praia de Mira e código NUTS PT192.
2. Os contatos da entidade adjudicante são:
 - a) Contacto: 231 100 100;
 - b) Email: geral@flatlantic.pt;
 - c) Endereço web: <https://www.flatlantic.pt/pt>;

CLÁUSULA 3.ª

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Assembleia Geral da sociedade comercial anónima denominada por FLATLANTIC - Actividades Piscícolas, S.A, que anteriormente utilizava a firma Acuinova, S.A, pessoa coletiva n.º 507 958 780, com sede na Rua do Aceiro s/n – Praia de Mira, na sua reunião de 08 de julho de 2025, no exercício das competências conferidas pelos Estatutos.

CLÁUSULA 4.ª

Consulta das peças do procedimento

1. O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Flatlantic (doravante designada apenas por plataforma eletrónica), no endereço eletrónico: www.acingov.pt, onde podem ser consultadas mediante inscrição na mesma.
2. O acesso às peças é gratuito e permite a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.

CLÁUSULA 5.ª

Condições da participação dos concorrentes e agrupamento de concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que incorram em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
3. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que, cumulativamente, respeitem as seguintes condições:
 - a) Os elementos que integrem o agrupamento respeitem o disposto no artigo anterior;
 - b) Os elementos que compõem o agrupamento declarem que, em caso de adjudicação, e antes da celebração do contrato, se associam na modalidade de consórcio externo, de acordo com os números seguintes.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea b) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida aquando da apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas ficam responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta e pelo pontual cumprimento das obrigações emergentes da mesma.
6. Cada entidade pode integrar apenas um agrupamento, não podendo nenhuma entidade, em simultâneo, integrar um agrupamento e participar individualmente no presente procedimento concursal.

7. Sempre que duas ou mais empresas concorrentes, no presente concurso público, tenham como sócios/acionistas ou gerentes/administradores a(s) mesma(s) pessoa(s), entende-se que, nos termos da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, entre elas não pode haver concorrência, assim, caso pretendam apresentar proposta terão obrigatoriamente de se constituir como agrupamento concorrente, sob pena de todas essas empresas concorrentes serem excluídas do concurso.
8. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta e, em caso de decisão de não adjudicação, os membros do agrupamento, e apenas estes, deverão associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-lei n.º 231/81, de 28 de julho, devendo ser observado o disposto no seu artigo 27.º.
9. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

CLÁUSULA 6.ª

Idoneidade dos concorrentes

1. Os concorrentes e, no caso dos agrupamentos, cada uma das entidades que o compõem, têm de apresentar declaração emitida conforme minuta constante do Anexo I do programa do concurso, em como não se encontram em nenhuma das situações referidas no art.º 55º do CCP.
2. A verificação de qualquer das situações previstas no art.º 55º do CCP, relativamente a qualquer dos concorrentes, agrupamento ou membro de agrupamento concorrente acarreta a imediata exclusão da entidade ou do agrupamento, consoante o caso, mesmo que a irregularidade não se verifique em relação aos demais elementos que os integram.

CLÁUSULA 7.ª

Concorrência

A prática de atos ou acordos suscetíveis de falsear as regras da concorrência é inadmissível e importará a exclusão da proposta, bem como será imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência, nos termos do nº 4 do art.º 70º do CCP, sofrendo ainda as demais consequências legais aplicáveis ao caso concreto.

CLÁUSULA 8.ª

Consulta Preliminar ao mercado

Nos termos do artigo 35.º-A do CCP, não foi efetuada qualquer consulta preliminar ao mercado.

CLÁUSULA 9.ª

Esclarecimentos, identificação de erros e omissões, retificações e alterações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do concurso, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica, disponível no portal www.acingov.pt.
2. Os esclarecimentos e retificações serão prestados por escrito, pelo júri do concurso, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo disponibilizados na plataforma www.acingov.pt, e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, procedendo-se à notificação de todos os interessados que os tenham obtido junto desta edilidade.
3. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
4. A pronúncia relativamente à lista de erros e omissões, identificados pelos interessados, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, considerando-se rejeitados todos os que, até final do segundo terço fixado para apresentação de proposta, não sejam por ele expressamente aceites.
5. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto nos n.ºs 3 e n.º 4 do presente artigo, o prazo fixado para apresentação de propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
6. A decisão de prorrogação do prazo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, ou ao membro do órgão a quem tenha sido delegada a competência deste, e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente o aviso daquelas decisões.

CLÁUSULA 10.ª

Divisão por lotes

A aquisição não será efetuada por lotes, dado que a sua divisão poderia promover a adjudicação a diversas entidades diferentes, o que não se coaduna com o tipo de serviço em causa, considerando a complexidade e dimensão do projecto, bem como o prazo de execução do mesmo. Nesse sentido,

torna-se necessário agilizar a elaboração do projeto privilegiando a adjudicação a apenas uma entidade.

CLÁUSULA 11.^a

Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento e a execução do contrato

Existem pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento, e cujo adjudicatário deve garantir aquando da execução do contrato, nomeadamente Título Único Ambiental (TUA) nº20211028000408 e respetivos anexos de relevo.

CLÁUSULA 12.^a

Preço ou custo anormalmente baixo

1. Não se definem as situações em que o preço ou custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, nos termos do previsto no artigo 71.º do CCP.
2. Porém, isso não é impeditivo de determinado preço ou custo vir a ser considerado pelo órgão competente para a decisão de contratar como sendo anormalmente baixo, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do CCP, sendo, nesse caso, dado cumprimento ao disposto no artigo 71.º do CCP.

CLÁUSULA 13.^a

Documentos da proposta

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos e elementos, sob pena de exclusão:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão de 5 de janeiro de 2016, devidamente assinado pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica, disponibilizado com o presente programa de concurso (**Anexo I**), devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - I. "Sou um operador económico";
 - II. "Importar um DEUCP";
 - III. "Carregar documento" — selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma de contratação pública;
 - IV. Selecionar o país do concorrente;
 - V. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;

- VI. No final, selecionar a opção "Imprimir" o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.
- b) Declaração contendo o valor do preço contratual proposto, elaborado de acordo com o **Anexo III** a este Programa de Procedimento;
- c) Lista nominal da equipa Projetista a avaliar, acompanhada com os currículos (com um máximo de 3 páginas A4 por cada), respetivos comprovativos de habilitações literárias e profissionais e declarações abonatórias.
- d) **Cópia da certidão do registo comercial ou código de acesso à "Certidão Permanente"**, ou cópia da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial;
2. Os anexos a que se referem as alíneas anteriores devem ser preenchidos na sua totalidade e apresentados através da plataforma eletrónica, sem efetuar quaisquer alterações à sua integridade, estrutura ou formato, não podendo, em caso algum, ser acrescentados quaisquer elementos ou informações adicionais.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do número anterior deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao referido Anexo os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
4. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
5. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem a proposta e de habilitação, **deverão ser assinados eletronicamente** mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante.

CLÁUSULA 14.^a

Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas deverão ser entregues até às 23:59 horas do **30.º (trigésimo) dia** a contar da data do envio, para publicação, do anúncio no Diário da República.
2. As propostas e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão.
3. De acordo com a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, entende-se por submissão da proposta o momento em que se inicia a efetiva assinatura eletrónica da proposta.
4. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem,

uma vez que só são admitidas as propostas que tenham sido assinadas (com assinatura eletrónica qualificada) e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.

5. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, as entidades que já as tenham apresentado podem livremente alterá-las ou retirá-las.

CLÁUSULA 15.^a

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos da proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Flatlantic: www.acingov.pt.
2. Para submissão da proposta, conforme descrito no número anterior, bem como para o acesso total aos documentos constantes na plataforma eletrónica, relacionados com o presente procedimento, o concorrente terá necessariamente, que estar acreditado pela empresa Academia Informática, Engenharia de Sistemas, Lda., detentora da plataforma de contratação pública www.acingov.pt.
3. Quando o concorrente realizar o carregamento da proposta, na plataforma eletrónica, todos os documentos (PDF) que integram a mesma, **devem estar previamente assinados** com recurso a **assinatura eletrónica qualificada**, de acordo com o n.º 4 do artigo 68º da Lei nº 96/2015 de 17 de agosto, sob pena de exclusão.
4. A receção da proposta será registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
5. Sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações nas propostas determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a caducidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

CLÁUSULA 16.^a

Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
3. Excluem-se do disposto nos números anteriores a utilização de estrangeirismos importados para a língua portuguesa, bem como a utilização pontual de referências técnicas em língua inglesa que, atento as especificidades técnicas das prestações objeto do contrato, sejam vulgarmente utilizadas no mercado português, desde que, sejam perfeitamente perceptíveis para o júri.

CLÁUSULA 17.^a

Apresentação de propostas variantes

1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.
2. São propostas variantes as que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas às admitidas pelo caderno de encargos.

CLÁUSULA 18.^a

Prazo de validade das propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo período de 120 (cento e vinte) dias contados da data-limite para a sua entrega.

CLÁUSULA 19.^a

Negociação das propostas

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

CLÁUSULA 20.^a

Despesas e encargos com a elaboração da proposta

Constitui encargo dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta para o procedimento, incluindo estudos, testes ou outras atividades a ela conexas, bem como eventuais despesas inerentes à celebração do contrato.

CLÁUSULA 21.^a

Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem a proposta e de habilitação, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante.
2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

CLÁUSULA 22.^a

Documentos de habilitação

1. O(s) adjudicatário(s) deve(m) entregar, através da plataforma eletrónica, no **prazo de 5 (cinco)** dias úteis contar da notificação da adjudicação os seguintes documentos, nos termos do artigo 81.º do CCP:
 - a) Declaração conforme **Anexo II** disponível na plataforma eletrónica;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos**, nomeadamente:
 - I. **Certificado de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de **todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência ou do fornecedor**, que se encontrem em efetividade de funções, e **da entidade adjudicatária**, quando aplicável, que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCCP.
 - II. **Cópia dos documentos comprovativos** em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a **Segurança Social** e de impostos junto da **Autoridade Tributária**, em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
 - c) Documento comprovativo de **Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)** - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso.
 - d) Identificação da pessoa que servirá de **interlocutor** com a Entidade Adjudicante e dos respetivos meios de contacto;
 - e) Complementarmente, e para efeitos da celebração do contrato a escrito, quando aplicável, devem ainda ser dada informação sobre o(s) **outorgante(s) do contrato** com indicação do(s) nome(s) completo(s), número do cartão do cidadão e respetiva data de validade, e documento comprovativo dos poderes conferidos para a assinatura do contrato;
2. Os supramencionados documentos de habilitação devem de ser apresentados, nos termos do artigo 83.º do Código dos Contratos Públicos, através da plataforma eletrónica com o seguinte endereço: www.acingov.pt.
3. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos anteriormente indicados, devem ser apresentados por todos os seus membros.

5. O prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do CCP, é de **2 (dois) dias**, podendo, excecionalmente, ser prorrogado até ao limite legal de 5 (cinco) dias úteis sempre que a supressão de irregularidades em causa se mostre mais complexa.

CLÁUSULA 23.^a

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da **modalidade multifator**, nos seguintes termos:
 - a) Preço Global - 60%;
 - b) Valia Técnica – 40%;
2. A avaliação final de cada proposta, de acordo com o critério de adjudicação referido no número anterior, resultará do somatório das pontuações obtidas nesses fatores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$a) \quad NP_i = 60\% * NPG_i + 40\% * NVT_i$$

Em que:

- i) NP_i : É a nota final do concorrente i;
 - ii) NPG_i : É a nota a atribuir à proposta do concorrente i no fator “Preço Global”;
 - iii) NVT_i : É a nota a atribuir à proposta do concorrente i no fator “Valia Técnica”.
3. Metodologia para avaliação do fator “Preço Global”:
 - a) A notação atribuir ao fator “Preço Global” será obtida pela aplicação da seguinte fórmula (escala em %):

$$NPG_i = \begin{cases} \left(96\% + \frac{(P_{med} - P_i) \times 4\%}{0.15 * P_{base}} \right), & se \ P_i \leq 0.85P_{base} \\ \frac{(P_{base} - P_i) \times 96\%}{(P_{base} - 0.85P_{base})}, & se \ P_i > 0.85P_{base} \end{cases}$$

- i) P_i : Preço Global proposto pelo concorrente i;
- ii) P_{base} : Preço Base do concurso: 400.000,00 € (Quatrocentos mil euros);

4. Metodologia para avaliação do fator “Valia Técnica”:

- a) A pontuação a atribuir ao fator “Valia Técnica” será obtida pela aplicação da seguinte fórmula (escala em %):

$$NVT_i = NCP + NCBIM + NHID + NEST$$

Considerando que:

- i) *NCP*: Corresponde à Nota do Coordenador de Projeto, obtida por aplicação da seguinte fórmula:

$$NCP = ExpRAS,$$

Sendo que a *ExpRAS* é pontuada da seguinte forma (0% ou 40%):

Descrição	Pontuação
Experiência do Técnico em Coordenação em 1 projeto de edifício para a instalação de RAS de pregado e/ou Linguado com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2	6%
Experiência do Técnico em Coordenação em 2 projeto de edifício para a instalação de RAS de pregado e/ou Linguado com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2	16%
Experiência do Técnico em Coordenação em 3 projeto de edifício para a instalação de RAS de pregado e/ou Linguado com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2	24%
Experiência do Técnico em Coordenação em 4 projeto de edifício para a instalação de RAS de pregado e/ou Linguado com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2	32%
Experiência do Técnico em Coordenação em 5 projeto de edifício para a instalação de RAS de pregado e/ou	40%

Linguado com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2	
---	--

- ii) *NCBIM*: Corresponde à Nota do técnico de Coordenação BIM, obtida por aplicação da seguinte fórmula:

$$NCBIM = ExpRAS,$$

Sendo que a *ExpRAS* é pontuada da seguinte forma (0% ou 30%):

Descrição	Pontuação
Experiência do Técnico em coordenação BIM em 1 projetos de edifício para a instalação de RAS de com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2	15%
Experiência do Técnico em coordenação BIM em 2 projetos de edifício para a instalação de RAS com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2	30%

- i) *NHID*: Corresponde à Nota do técnico Projetista de Hidráulica, obtida por aplicação da seguinte fórmula:

$$NHID = ExpRAS,$$

Sendo que a *ExpRAS* é pontuada da seguinte forma:

Descrição	Pontuação
Experiência do Técnico em projeto de Hidráulica em 1 projeto de edifícios para a instalação de RAS com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2	7%
Experiência do Técnico em projeto de Hidráulica em 2 projetos de edifícios para a instalação de RAS com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2	15%

- iii) *NEST*: Corresponde à Nota do técnico Projetista de Estruturas, obtida por aplicação da seguinte fórmula:

$$NEST = ExpRAS,$$

Sendo que a *ExpRAS* é pontuada da seguinte forma:

Descrição	Pontuação
Experiência do Técnico em projeto de Estruturas em 1 projeto de edifícios para a instalação de RAS com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2	7%
Experiência do Técnico em projeto de Estruturas em 2 projetos de edifícios para a instalação de RAS com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2	15%

5. Em caso de empate o desempate será feito através de sorteio a promover pela FLATLANTIC, nos seguintes termos:
- Em data, hora e local a designar que será notificada aos concorrentes cujas propostas se mostrem empatadas com o Relatório Final Intercalar;
 - Do sorteio será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes ou representantes legais;
 - Realizado o sorteio será elaborado novo Relatório, o Relatório Final, com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

CLÁUSULA 24.^a

Caução

Não é exigível a prestação de caução, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 25.^a

Contrato

- O contrato será reduzido a escrito, em cumprimento do disposto no artigo 94.º do CCP, sendo-o feito através de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
- Faz parte integrante do contrato um clausulado que contém, os seguintes elementos:

- a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como o título em que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
- b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
- c) A descrição do objeto do contrato;
- d) O preço contratual;
- e) O prazo de execução das principais prestações objeto do contrato;
- f) A identificação do gestor do contrato;
- g) A referência à caução prestada pelo adjudicatário,

CLÁUSULA 26.^a

Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para autorizar a presente despesa, notifica o adjudicatário, assinalando os ajustamentos propostos, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, se for o caso disso.
3. A minuta do contrato a celebrar, bem como os ajustamentos propostos, considera-se aceite pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
4. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso publico.
5. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser no referido prazo.

CLÁUSULA 27.^a

Outorga do contrato

1. A outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do n.º1 do artigo 90.º.
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do nº 2 do artigo 77º.
2. A outorga e assinatura do contrato deverá ser efetuada com recurso a assinatura digital qualificada e por quem tenha poderes para obrigar o adjudicatário à respetiva assinatura.

Lista de Anexos:

ANEXO I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);

ANEXO II - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos;

ANEXO III - Modelo de Declaração contendo o valor do preço contratual proposto.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Cláusula 13.ª]

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PREÇO CONTRATUAL

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 da Cláusula 13.ª]

F.... (indicar nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), com sede em, pessoa coletiva n.º, propõe-se a executar todos os trabalhos a que se refere o procedimento de contratação pública designado “.....”, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual global de Euros (..... Euros), o qual não inclui o Imposto de Valor Acrescentado.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data

Assinatura